

ACTAS VIII

1º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
FACULDADE DE LETRAS
12 - 18 OUTUBRO
1993



1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

S.P.A.E.
S O C I E D A D E
P O R T U G U E S A D E
A N T R O P O L O G I A
E E T N O L O G I A



TRABALHOS DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

VOL. XXXV (Fasc. 4)

1.º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

Capa: Rocha gravada de Penascosa, Castelo Melhor (Rio Côa)
(Paleolítico Superior) (Foto: Vítor O. Jorge)

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

UM PATRIMÓNIO PARA A NOSSA VIDA*

por

Augusto Santos Silva**

A decisão do governo sobre Foz Côa foi oportuna, corajosa e coerente. Para trás fica, convém recordá-lo, uma triste e longa história de estudos de impacto ambiental mal realizados, descobertas arqueológicas escondidas, desprezo soberano pela melhor zona de produção de vinho do Porto, demissão absoluta do IPPAR e da Secretaria de Estado da Cultura, chantagem política conduzida por um ministro que brandia imaginários custos astronómicos, aliciamento de investigadores pouco escrupulosos, e a suspensão fingida de obras, que, de facto, continuavam a bom ritmo. Perdemos 19 milhões de contos. Convém não esquecer quem foram os responsáveis por essa perda.

Da discussão pública havida, e que não está ainda fechada, podem retirar-se dois ou três resultados: de uma banda, o valor patrimonial único das gravuras rupestres, que pede estudo, salvaguarda e usufruto temperado; da outra banda, o escasso interesse da barragem projectada para a produção eléctrica propriamente dita, e o seu interesse estratégico, do ponto de vista do armazenamento de água e da regulação da sequência de barragens do Douro. Deveria considerar-se ainda, num plano mais geral, se a grande barragem ainda é, hoje, o meio óptimo para esse ponto de vista. Mas, com essa ressalva, percebe-se a coerência da decisão governamental, quando à suspensão de Foz Côa, articular a antecipação do projecto do Sabor. Além do mais, esta antecipação permite transferir contratos e minorar, assim, alguns custos.

Compreendo a imediata chamada de atenção de alguns ambientalistas e arqueólogos: também o Sabor tem valor ambiental e patrimonial, que deve ser integrado na nossa decisão. Não compreendo, porém, o tom que alguns adoptam, reivindicando, explícita ou implicitamente, um quase direito de veto. E creio que

* Publicado no jornal *Público* de 16-11-95.

** Sociólogo. Professor da Faculdade de Economia da U.P.

é urgente pensarmos em conjunto sobre isso, sob pena de resvalarmos para posições inconciliáveis.

O património natural e edificado é um elemento básico da nossa vida em comum. Traça uma herança natural que temos o dever de respeitar e transmitir às gerações futuras; e contém recursos e condições indispensáveis à estruturação sustentada da nossa organização social, seja ela económica, material ou cultural.

Ora, como legado, o património é sempre construído e permanentemente reconstruído. Não é uma espécie de marca original inalterada e, por isso, inalterável. É uma sucessão de usos humanos do meio natural e social, e de valorações desses usos. O que definimos hoje como valor patrimonial não é o mesmo que definíamos noutras épocas. E o que valorizamos hoje como referência patrimonial — por exemplo, um sítio monumental — é o resultado de múltiplas e, muitas vezes, contrárias intervenções humanas. Não vejo, pois, como haveremos de pensar produtivamente, em matéria de conservação e salvaguarda, se teirmos em procurar autenticidades e primordialidades imaginárias.

Como quadro de condições, no duplo sentido da palavra — limites e recursos —, o património só faz sentido por relação com o nosso desenvolvimento. Ele não está lá por estar, ou por ser um sagrado intocável. Ele está cá, no meio de nós, das nossas necessidades e dos nossos projectos, porque precisamos dele para umas e para outros: precisamos de referências paisagísticas, monumentais e culturais que alimentam a nossa própria construção de paisagens, de monumentos e de cultura; precisamos dos nossos recursos naturais e sócio-históricos, porque, sem eles, não conseguimos nem ordenar o nosso território, nem potenciar meios próprios de riqueza, nem endogeneizar, equilibrar e sustentar o nosso desenvolvimento.

Mas, então, não podemos fazer do património uma coisa; e não podemos fazer dele uma coisa intocável. Não é uma «coisa», seja um vale, um estuário, um edifício, uma ruína, um vestígio, uma maneira de tecer, uma rotina, etc. É uma criação e um recurso de pessoas, em diálogo umas com as outras e todas com a natureza, e as gerações umas com as outras, e todos com as respectivas marcas de identidade, pertença e comunhão; mas uma criação complexa, mutável, e que deve ser valorada por relação com o valor das pessoas, não contra elas. Por conseguinte, não se trata de um intocável, mas, ao contrário, de algo que pode e deve ser usado e potenciado nos projectos de construção dos nossos futuros — e por aí, assim mesmo, valorizado.

A atitude extremamente conservacionista, em matéria patrimonial e ambiental, parece-me esquecer todos estes elementos da discussão. Nas suas versões mais fechadas, faz do património quase uma maldição dos mortos sobre os vivos, ou da Terra sobre os homens.

Não tocar, não mexer, não destruir, não alterar, em nenhuma circunstância, parecem-me emblemas a bem dizer reaccionários, que fingem desconhecer, primeiro, que o que apreciamos hoje como património e ambiente é já o resultado de muitas apropriações, manipulações e recriações passadas; segundo, que património nosso são também as pessoas, as suas vidas e necessidades quotidianas, e a sua capacidade de imaginar e construir futuros; terceiro, que é possível combinar os dois compromissos básicos na salvaguarda, salvaguardar para transmitir e salvaguardar para usufruir sustentadamente, e para isso é preciso sermos selectivos, rigorosos e abertos.

Selectivos, porque não podemos conservar tudo, e haveremos de conservar testemunhos e enquadramentos bastantes para que a maior diversidade de marcas do passado sejam acessíveis ao nosso futuro. Rigorosos, porque deveremos defender com firmeza as marcas escolhidas, protegendo-as da rapina e da destruição, as quais, como se sabe, tanto provêm do abandono aos interesses imediatos como do abandono das coisas formalmente protegidas e vedadas, mas nunca cuidadas nem usufruídas. Abertos, porque o património existe para que nós possamos viver hoje, convivendo com ele, e há-de, portanto, fazer-se com que as políticas de preservação sejam ao mesmo tempo políticas de usufruto, não necessariamente massivo, porque as estações não aguentam geralmente muita pressão turística, mas disponível, temperadamente, ao usufruto dos cidadãos, sem discriminação de condição.

Tudo indica que Foz Côa seja um desses casos em que as duas dimensões do património, como legado e como oportunidade, se combinam com rara felicidade. Podemos fazer do belo vale das gravuras um lugar de protecção da nossa própria civilização, de valorização das nossas próprias coisas, e de usufruto temperado delas. Agora, que a suspensão está decidida, com os custos que se conhecem, quer financeiros, quer sociais, é preciso avançar com determinação e celeridade. Se o Ippar não parece em condições de responder, encontrem-se soluções de emergência, formas de mobilização e organização «ad hoc». Pense-se já articuladamente a investigação arqueológica e a fundação do Parque. Desenvolva-se a campanha internacional de recolha de apoios para a salvaguarda de um património que é mundial. Tenha-se o sentido do tempo, das oportunidades.

Quanto ao Sabor, evitem-se os erros e perversões passadas. Façam-se os estudos de prospecção e impacto ambiental, com honestidade e seriedade intelectual. Definam-se rapidamente as situações problemáticas e os interesses a concertar. Mas, por favor, amigos patrimonialistas, não se coloquem de fora dos nossos problemas económicos e sociais, como se falassem em nome de exigências primeiras que não tivessem de confrontar-se com mais nenhuma. Lembrem-se, por exemplo, amigos ecologistas, que na semana passada passearam com o Sr. Presidente da República pelo mesmo campo de tiro militar, em Alcochete, que há

anos contestaram por pôr em perigo a vida selvagem no Tejo e agora celebram como barreira à especulação urbanística.

O desafio, o nosso desafio comum, é este: pensemos articuladamente o que tem de ser pensado articuladamente: património, ambiente, ordenamento e desenvolvimento. Assumamos o que deve ser assumido: as pessoas, e não as coisas, é que estão no centro de tudo. Disso é que precisamos: de defender, com toda a energia, e usufruir, com todo o afecto, um património que sirva para a nossa vida.

O CÔA E AS «LETRAS»*

por

Vítor Oliveira Jorge

Há dias, na sua habitual crónica do suplemento «Leituras» do jornal *Público* (11.11.95), Eduardo Prado Coelho, autor que muito admiro, pelo estímulo que sempre para mim constituíu lê-lo (independentemente de estar ou não de acordo com ele), referia-se finalmente à questão de Foz Côa. Mais vale tarde do que nunca! De facto, uma das minhas perplexidades neste caso, que «dura» há um ano na opinião pública, é o facto da «inteligência» nacional não se ter apercebido, cedo, de que não estávamos aqui perante uma questão pontual, de arqueólogos *versus* técnicos de barragens (ou de como se queira colocar simplisticamente o caso), mas diante de um **problema estrutural da sociedade contemporânea** (e não só portuguesa), que tem a ver com a função da chamada «Cultura» e também, logicamente, com a do papel das chamadas «Faculdades de Letras». Se algum «escândalo» senti durante todo este conturbado processo, foi o do silêncio perturbante da maioria dos nossos «intelectuais» e «artistas». Assim, tem sentido abordar brevemente o tema neste *Boletim*, precisamente no momento em que a nossa Faculdade inaugura o seu edifício definitivo e os seus elementos (docentes e discentes) reúnem numerosas vezes em «grupos de reflexão» para tentar equacionar o futuro da Escola e o seu lugar na sociedade.

Desenganem-se desde já os que pensam que vou brandir o estafado argumento dos valores «humanísticos» contra os da «tecnocracia dominante». Tal dicotomia não tem, a meu ver, qualquer sentido. Opor, como sugere E.P.C., uma perspectiva meramente tecnocrática da «modernização», a outra em que as lógicas «sociais» e «culturais» seriam tomadas em conta, pode redundar, afinal, na defesa do «supérfluo» como valor «incalculável». O que as gravuras de Foz Côa repre-

* Publicado como «Editorial» do *Boletim* da Faculdade de Letras do Porto, nº 1, Dezembro de 1995. Trata-se, pois, de um texto necessariamente esquemático e breve na abordagem de complexos problemas que aflora. V., por exemplo, "Les Nouveaux Maîtres du Monde", Paris, *Le Monde Diplomatique*, Nov. 1995, "Manière de Voir" 28 (caderno temático que trata de como os grandes grupos financeiros e os meios de comunicações de massa tomaram conta do mundo).